



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
E MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA  
KAY RALA XANANA GUSMÃO POR OCASIÃO DA 12ª CIMEIRA  
ASIÁTICA SOBRE SEGURANÇA DO INSTITUTO DE ESTUDOS  
ESTRATÉGICOS**

**SHANGRI-LA DIALOGUE**

**SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA  
“DEFENDER OS INTERESSES NACIONAIS, PREVENINDO O  
CONFLITO”**

**1 de Junho de 2013  
Singapura**

Dr. John Chipman, Director-Geral e Director Executivo, IISS

Itsunori Onodera, Ministro da Defesa do Japão,

Catherine Ashton, Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança,

Excelências,

Distintos Participantes e Chefes de Delegações,

Senhoras e Senhores,

É para mim uma honra participar neste distinto fórum que é instrumental para a promoção da paz, da segurança e da cooperação, não apenas na nossa região mas a nível global.

Estando, neste momento, a efectuar uma visita oficial a Singapura, e acumulando a pasta de Ministro da Defesa e da Segurança de Timor-Leste, não poderia deixar de estar presente neste Shangri-La Dialogue. Comprovando também, uma vez mais, através da excelente organização deste encontro, a gentileza e a eficiência do Governo singapurense.

Não posso deixar de congratular esta iniciativa do IISS que reúne há 12 anos oradores na área da defesa, oriundos das várias partes do mundo, para analisar e debater temas fundamentais que ultrapassam, em muito, o tema da defesa no seu sentido restrito.

Nos dias de hoje investir na cooperação estratégica, em termos de defesa e segurança, significa construir bases sólidas para a paz e para o desenvolvimento.

É, por isso, gratificante que se note que tem vindo a aumentar a preocupação colectiva sobre assuntos de importância regional e global. Têm-se realizado muitos debates para melhor compreender o espectro de possíveis ameaças e a variedade de desafios que temos em comum.

Como a Senhora Ashton disse antes de mim, as ameaças e desafios vão desde os choques económicos às consequentes mudanças socioeconómicas, das variações demográficas às alterações climáticas, da escassez de recursos essenciais à degradação ambiental, do terrorismo ao crime organizado transnacional, à pirataria e aos conflitos latentes e emergentes.

Entretanto, cerca de mil e quinhentos milhões de pessoas vivem em áreas afectadas por fragilidade, crime organizado ou conflitos. Cerca de 20% da população mundial enfrenta diariamente situações extremas de pobreza, fome, doença, exclusão e abandono, enquanto as operações de manutenção da paz têm sido, no mínimo, extremamente dispendiosas.

A fragilidade e a pobreza dos povos e suas respectivas nações consubstanciam ameaças constantes à segurança global da humanidade.

Mesmo com apenas 11 anos como Estado independente, Timor-Leste conhece bem estes desafios não só porque somos um dos países mais pobres do sudeste asiático mas, também, porque vivemos na nossa história recente episódios de guerra e conflito que marcam indubitavelmente a forma como encaramos os desafios de segurança e de desenvolvimento.

O que aprendemos em Timor-Leste, com a nossa experiência, é que não é possível alcançar o desenvolvimento, nem é possível assumir princípios e valores democráticos universais, sem segurança e sem paz.

Tivemos de parar de digladiar entre nós e de aprender a conciliar as nossas diferenças de forma pacífica antes de termos podido sequer começar a abordar devidamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que constituíram uma nova esperança no início deste novo milénio, não só para Timor-Leste mas para muitos Estados frágeis no mundo, para rapidamente nos apercebermos que nem um único ODM irá ser alcançado até 2015 em um único LDC.

Questões fundamentais como as políticas de desenvolvimento e as abordagens aos temas de segurança e de defesa implicam uma mudança radical de políticas nos centros de decisão do mundo global.

O mundo precisa de um novo paradigma onde haja coragem por parte dos líderes mundiais em intervir internacionalmente mais impelidos pelas necessidades genuínas de cada Nação e de cada povo, e das verdadeiras necessidades políticas de cada processo de paz, em vez de impelidos pela primazia dos interesses económicos.

Existe a necessidade premente de correcção da prática de rotular pessoas e organizações de “inimigo”, com o resultado de inflexibilizar e radicalizar posições. Porque, em vez de procurar soluções, essa prática fomenta a exclusão e o isolamento e alimenta o ódio e a vingança. O mundo, como consequência, está a vivenciar uma crise incontrolável de confrontação violenta entre civilizações, culturas e religiões, superando, em natureza e carácter, o conflito aberto da era anti-colonial e da Guerra Fria.

Para tal é necessário que os Estados reconheçam a necessidade de aplicar uma “nova diplomacia” que abra espaço para mais diálogo e para mais contactos, de forma mais perseverante. As parcerias estratégicas para a promoção da paz e estabilidade têm que ir para além dos Estados, abordando mais directamente os possíveis focos de conflito.

As intervenções por reacção em locais e regiões de conflito, cobertas normalmente de um aparato de guerra muito dispendioso, provaram ser incapazes por si só de oferecer

soluções. Estas deviam dar lugar à prevenção através de consensos e entendimentos pragmáticos, sem ofender a dignidade dos povos e as soberanias nacionais.

Neste contexto, gostaria de questionar o conceito da “defesa dos interesses nacionais”. A humanidade vive tempos extremamente complexos, onde defender os interesses nacionais de uma nação dissociando-se de uma perspectiva global pode, em vez de prevenir conflitos, provocar novos focos de tensão.

O que aparentemente pode parecer defender interesses nacionais legítimos pode conter adversidades irreversíveis para outros. E estas, senhoras e senhores, acabam por contribuir para a espiral de ameaças em forma de actos de provocação, demonstrações de força ou surtos de criminalidade, terrorismo, imigração ilegal, entre outros, atingindo vítimas inocentes em vários pontos do globo.

Um novo conceito de defesa global que seja pela promoção da paz deve ser impregnado de um espírito de diplomacia que abranja não só as lideranças, mas todos os parceiros activos que representam os interesses dos Povos do mundo e que podem contribuir para o diálogo e para o reforço da cooperação inclusiva.

A construção de confiança entre os países é, portanto, um investimento mais importante e mais seguro do que a preparação para a guerra e esta confiança deve ser a base das novas alianças estratégicas que não devem excluir nenhum Estado – pequeno ou grande – independentemente da sua cultura, religião ou ideologia.

Devido à interdependência dos Estados neste mundo global, é imperativo que os mesmos trabalhem juntos em torno de um objectivo comum. Este fenómeno é tão raro na tomada de decisões globais de hoje, sendo dado mais ênfase à primazia da ordem económica, já pervertida como a crise que está a afectar o mundo está a mostrar.

Excelências

Senhoras e senhores,

Apesar da austeridade enfrentada pela maioria dos países do mundo, a região da Ásia-Pacífico tem vindo a registar progressos notáveis, permitindo que várias economias emergentes cresçam, retirando milhões de pessoas da pobreza.

Para aqueles que residem nesta região que se posiciona, cada vez mais, como o centro de peso económico e estratégico a nível global, deve existir um misto de orgulho mas também de responsabilidade perante os países menos desenvolvidos do mundo inteiro.

Aquilo que nos inspira no século asiático ou, se quisermos, no século da Ásia-Pacífico, pode (ou deve) na arquitectura das relações geopolíticas corrigir o rumo da ordem global (ou, melhor dizendo, da desordem global) enfrentando os novos desafios de segurança com uma visão comum mais pacifista para o bem de toda a humanidade.

Apesar das tensões crescentes na nossa região, temos que confiar que os líderes internacionais passarão das palavras proferidas em boa-fé para a tomada de acções construtivas – sob os auspícios do diálogo verdadeiro, pela construção de a confiança estratégica, como o Primeiro-Ministro do Vietname sublinhou no discurso de ontem à noite – para que possamos deixar estas preocupações para trás e incidir nas necessidades dos povos.

Em Timor-Leste temos vindo a adoptar políticas públicas que têm permitido um quadro de desenvolvimento sustentável.

Alguns sucessos têm sido alcançados, desde as mais elevadas taxas de crescimento económico de todo o mundo, aos progressos a nível de desenvolvimento humano, à consolidação da paz e estabilidade e, sobretudo, nas relações de amizade e parceria que temos com praticamente todos os países do mundo e, em especial, com os países mais próximos na nossa região.

Os nossos desafios em termos de defesa e segurança são os comuns a todos os países do mundo. Acreditamos que neste xadrez geoestratégico, Timor-Leste também pode vir a ter um papel a desempenhar, não tanto pela sua capacidade militar e de defesa, mas antes pela estabilidade que pode viabilizar à região.

É também neste sentido que estamos tão empenhados na nossa adesão plena à ASEAN. Uma resposta efectiva aos desafios que se apresentam aos países desta comunidade requer uma abordagem colectiva e um estreita cooperação entre os vizinhos da região.

Repito aqui o apelo que fiz no 3º Diálogo Internacional de Defesa de Jacarta , em Março, particularmente centrado este ano na situação real que Kiribati, as Ilhas Marshall e Tuvalu enfrentam, afundando-se a cada dia à medida que vão desaparecendo na vastidão do Oceano. Os países desenvolvidos, os que mais contribuem para as mudanças climáticas, devem, por obrigação moral, pensar num Plano Marshall de compensação financeira que permitirá a estes países salvar a dignidade dos seus Estados e Povos.

Senhoras e Senhores,

Hoje em dia, defender os interesses nacionais, na óptica de prevenir presumíveis conflitos, pode assumir, se o diálogo franco e honesto entre as nações não estiver na ordem do dia, contornos de hostilidade e desconfiança.

A defesa das fronteiras de um país e do seu espaço marítimo não se confina exclusivamente às forças de defesa de que esse país dispõe. Isto inscreve-se num conceito mais alargado de defesa com implicações para aqueles países mais pequenos e que, por razões históricas óbvias, estão ainda a desenvolver o seu próprio conceito de segurança nacional, dando naturalmente prioridade à segurança das suas populações e das suas riquezas.

Países indefesos como Timor-Leste sobressaltam-se com certas movimentações de potências que começam a posicionar estrategicamente as suas forças, como que preparando-se para um futuro de confrontações militares. Entre quem? É a incógnita que só os analistas e os decisores mundiais têm a resposta.

Para nós, o desafio é descobrir se não é para nos desencorajar, quando abordamos problemas de soberania sobre os nossos recursos, na lógica que transparece dos conflitos que os poderosos criam para defender os ditos interesses nacionais.

Muita instabilidade interna, em vários países, é provocada para promover a fragilidade nestas nações para proteger interesses multinacionais. Nesse caso, o possível inimigo não tem rosto.

Na época em que vivemos em que a defesa é alimentada por imensos avanços tecnológicos, em que noutras regiões vemos a guerra fazer-se com tecnologia sem rosto, gostaríamos que a nossa região se destacasse por voltar a por um rosto a este debate.

Se destacasse por reforçar que a paz é feita por e para pessoas.

Se destacasse por investir no diálogo e na cooperação estratégica, reconhecendo e beneficiando das nossas semelhanças, assim como das nossas diferenças.

Se destacasse por se apresentar ao mundo como a região que abraça experiências históricas tão diferentes como Timor-Leste e Singapura, ou, com um passado comum como é o caso das actuais excelentes relações entre Timor-Leste e a Indonésia, e que desta nossa comunidade inspirássemos um mundo mais seguro e próspero para todos.

Muito obrigado.

1 de Junho de 2013  
Kay Rala Xanana Gusmão